



A EDUCAÇÃO INCOMUM VISTA NUMA UNIDADE PRISIONAL DA APAC

LA EDUCACIÓN INUSUAL VISTO EN UNA PRISÓN DE APAC

THE UNUSUAL EDUCATION SEEN IN AN APAC PRISON UNIT

Renan Luiz Senra Barbosa¹

Fernando Selmar Rocha Fidalgo²

Resumo:

Este artigo tem por objetivo rever aspectos apresentados na dissertação do Programa de Pós graduação em Educação da UFMG, apresentada em novembro de 2021. A unidade prisional da Associação de Proteção e Assistência aos Condenados – APAC é uma referência para a gestão de centros prisionais que concorrem para estatísticas de baixa evasão e boas taxas de escolarização. A abordagem metodológica desse trabalho foi orientada como pesquisa quali-quantitativa a partir da análise de processos, de significados e atitudes que respeitam os fenômenos sociais e escolares. Pelas observações, entrevistas e questionários chegou-se aos grupos focais para se desvelar sobre a educação libertadora que se notou naquela prisão. Iniciou-se pela organização de encontros acerca da educação social prospectando os atores da associação. Tal educação nos presídios propõe alternativas às celas e às salas de aula que clamam por acesso aos direitos educacionais e a reinserção social.

Palavras-chave: Educação em prisões; Educação Social; APAC.

¹ Mestre em Educação pela UFMG, Psicólogo, Pedagogo, Especialista em Recursos Humanos. ORCID: 0000 0003 1724 3351, renan.cong@gmail.com

² Doutor em Educação, Professor Visitante no Programa de Pós-graduação em Educação da FURG e Professor Titular aposentado da Faculdade de Educação da UFMG. ORCID: 0000-0001-9412-612X, fidalgo@furg.br

Abstract:

This article aims to review aspects presented in the dissertation of the post Graduate Program in Education at UFMG, presented in November 2021. The APAC prison unit stands for low dropout statistics and good enrollment rates. The methodological approach of this work was oriented as a quali-quantitative research based on the analysis of processes, meanings and attitudes that respect social and school phenomena. Through observations, interviews and questionnaires, it was possible to meet focus groups with educators of liberating education. Starting by organizing meetings about social education we prospected the association's actors. Such education in prisons proposes alternatives to classroom cells that claim for access to educational rights and social reintegration.

Keywords: Education in prisons; Social Education; APAC.

Resumen:

Este artículo tiene como objetivo revisar aspectos presentados en la disertación del Programa de Posgrado en Educación de la UFMG, presentada en noviembre de 2021. La unidad de la cárcel de la APAC presenta bajas estadísticas de deserción y buenas tasas de matrícula. El enfoque metodológico se orientó como una investigación cuali-cuantitativa basada en el análisis de procesos, significados y actitudes que respetan los fenómenos sociales y escolares. A través de observaciones, entrevistas y cuestionarios, llegamos a grupos focales con educadores de la educación liberadora. Empezó organizando encuentros sobre educación social mediante la prospección de los actores de la asociación. Dicha educación en las cárceles propone alternativas a las celdas de aula y salas de clase que reclaman el acceso a los derechos educativos y la reinserción social.

Palabras clave: Educación en la cárcel; Educación Social; APAC.

Introdução

Ao analisar o processo de trabalho de formadores numa unidade da Associação de Proteção e Assistência aos Condenados – APAC, do interior de Minas Gerais, nos deparamos com um ambiente paradoxal da gestão comunitária de um centro prisional incomum, gerido com aporte do poder executivo estadual e com a força do trabalho voluntário ali organizada.

Este artigo tem como objetivo rever aspectos apresentados na dissertação do Programa de Pós graduação em Educação da UFMG, apresentada em novembro de 2021. O interesse do trabalho é trazer o panorama deste ambiente diferenciado que guarda custodiados e profissionais que se dedicam no contexto da educação social em favor do bom andamento e aproveitamento por parte dos internos.

Conceitua-se como formadores os diversos atores educacionais a quem buscamos compreender a partir dos pressupostos da Educação Social, uma vez que todos que ali estavam colaboravam com a formação de um ambiente para além da recuperação de suas trajetórias. Eles estavam imbuídos das práticas de melhorias das assistências da Lei de Execução Penal – Lei 7210/1984. Sob tais condições esses formadores se colocavam em situação de obter o melhor envolvimento daqueles que buscavam trilhar novos rumos em suas vidas entre muros e para depois.

Apresenta-se assim um panorama da educação que acontece no ambiente de privação de liberdade de uma unidade da Associação de Proteção e Assistência aos Condenados – APAC. Nossa primeira intenção foi buscar verificar em que medida aquela educação ali percebida pode ser traduzida como um indicador de satisfação na garantia de direitos, para além de um alento aos custodiados, mas também aos seus professores, diretores, voluntários e familiares.

A abordagem metodológica foi orientada como pesquisa quali-quantitativa a partir da análise de processos, significados, valores e atitudes que diziam respeito aos fenômenos sociais e escolares constituídos nas relações intramuros da associação. Pelo caminho das observações, entrevistas e questionários chegamos até os formadores reunidos em atividades de grupo focais, respeitando as limitações da pandemia de COVID-19. Passamos inicialmente pela organização de dois encontros para formação em educação social prospectando os atores e valores daquela APAC.

Percebe-se naquelas ambientes a existência de uma cultura institucional, que dá conta das práticas educacionais lá abrigadas. Uma cultura da organização social que detém a coerência de educação, formal e informal, e que abrange toda a instituição, seja a parte administrativa, a área de segurança, o tratamento aos visitantes, as oficinas e aos demais setores daquela unidade de custódia como detentora de uma lógica própria de gerenciamento da execução penal em parceria estreita com a justiça e com a comunidade daquele território.

Desta maneira, nos foi possível verificar que as duas direções, da escola estadual (formal) e a da associação de proteção aos condenados (APAC), se unem para realizar a educação

como um movimento único em favor da reinserção social dos homens que aceitam cumprir sentença no seu interior. Esta experiência requer o envolvimento corajoso com a causa apaqueana, com a educação, a fraternidade, com os deveres cristãos e com os direitos humanos.

A proposta pedagógica das APACs.

A educação no âmbito daquela cultura institucional é, ao nosso ver, aquela que conta com a presença de atores de diferentes origens, que se encontram na atenção não apenas aos recuperandos, mas também a comunidade a sua volta. Alguns são pessoas que cursaram a formação de voluntários. São grupos sociais que interagem com a unidade da APAC, e que, não raro enfrentam o desafio de aprender-fazendo a manutenção de uma prisão sem guardas armados e com a orientação de pessoas ligadas às igrejas, principalmente as católicas e evangélicas; pessoas que trabalham lastreados em princípios subjetivos como a confiança e a fé.

De acordo com o livro do Tribunal de Justiça de Minas Gerais – TJMG (2009) em parceria com o Conselho Regional de Psicologia - CRP a participação da comunidade se dá em todas as comarcas onde se implantou a APAC “(...) contando com a solidariedade do povo por meio dos voluntários arquitetos, mestres de obras, pedreiros, serventes, carpinteiros - gente solidária - que ensina os presos como mudar de vida e honestamente criar suas famílias”. TJMG. (2009)

As pessoas envolvidas com as unidades da APAC estão empenhadas em realizar atividades bastante diversificadas para cumprir seus compromissos de gerenciar a massa de custodiados, manterem os profissionais e os voluntários que lá dedicam seu tempo em nome da garantia de condições para o cumprimento da medida privativa de liberdade. Em nosso caderno de anotações temos buscado acumular depoimentos, leituras, e observações acerca das atividades humanas neste ambiente peculiar para assim entender, traduzir e interpretar as soluções que a comunidade encontra de modo a compreender em que medida essa educação pode fazer diferença como proposta pedagógica que se estabelece pelos seus acertos, pelo seu relativo baixo custo e pelas mudanças de realidade de tantas pessoas que têm a oportunidade de fazer o que a metodologia das APACs convencionou chamar de “a experiência com Cristo”.

Considera-se a educação de qualidade que surge com os esforços para uma escola integral que seja pública, laica e a serviço do maior número de pessoas, incluindo mais aqueles que dela mais dependam. Neste sentido existem escolas que fogem a esta máxima, ainda que sejam cristãs católicas ou evangélicas, entre muitas outras. E sendo uma escola comunitária, popular, também vai ao encontro da qualidade em seus serviços, junto com seus voluntários, como tem feito as escolas da Associação. A caracterização da escola, que tem como seu segundo endereço o interior de uma unidade prisional da APAC, nos faz considerar a escola integral que dispõe aos seus educandos atividades variadas ao longo do dia tanto no campo da educação regular e formal como também no

sentido do entrelaçamento de atividades que valorizam a experiência em favor de sua ação no mundo.

Quando mencionamos a educação integral trazemos o que nos aponta Gouveia (2006) que versa sobre alguns princípios percebidos no interior da escola da APAC. E que devem ser considerados por todos. São aspectos como as dimensões humanas, o ciclo da vida, as satisfações humanas, a garantia dos direitos de educação e a integração das políticas.

Nos ambientes que acessamos durante nossa observação de campo percebemos que na APAC as dimensões humanas são priorizadas na compreensão da complexidade de uma pessoa em sua totalidade, no sentido do desenvolvimento cognitivo, emocional, espiritual e físico. São pessoas recebidas como educandos cujo aprendizado se dá ao longo da vida. Quanto às satisfações humanas percebemos que os recuperandos são abordados em muitas atividades educacionais que compreendem seus potenciais e limites de criação, proteção, afeto, compreensão, identidade, lazer e ócio, liberdade de escolhas e participação na vida da entidade. A garantia do direito à educação é uma constante pela legitimidade da educação regular e pelas mãos de voluntários que são participam da vida escolar da APAC.

Neste sentido é que a proposta educacional das APACs é levada ao conhecimento de todos e avaliada por todos, associada à garantia de uma educação aceitável socialmente (aceitabilidade). Sendo ela também aberta e compulsória de modo a que todos sejam incluídos e motivados ao processo de aprendizagem cujas oportunidades não sejam meramente formais (acessibilidade), mas também informais e alternativas. E sendo levado em conta sobre todas as diferenças e, desta maneira, influenciada pelos diferentes educandos que seguem sendo respeitados em seus direitos e deveres gerais (adaptabilidade). Por fim, cumprem as exigências para a existência de oportunidades educacionais em número suficiente para sua execução (disponibilidade). TOMASEVSKI (2001).

A integração das políticas pode ser percebida na busca de uma visão transeitorial na APAC de modo a fortalecer a ação pedagógica nos campos ético, estético e político que sustentam o cenário e o roteiro da aprendizagem articulando os sujeitos e os objetos de conhecimento como a participação nas decisões internas de cada regime, a escolha pelas diversas oficinas produtivas e o envolvimento na vida burocrática quando possível.

Tudo isso que se pode apreender da educação na APAC leva ao acolhimento das histórias de vida e de escola que seus educadores trazem ao dizer da relação com os educandos. Como exemplo uma professora, Naíne Terena³, trouxe o ocorrido com uma aluna sua, recuperanda⁴ da APAC, que se mostrava aflita para pôr em prática um plano de fuga e

³ Nome fictício que faz menção a Naíne Terena de Jesus. Doutora em educação, ativista, educadora, artista e pesquisadora indígena do povo Terena. Professora com 20 anos de experiência educacional e 10 anos de educação em prisões.

⁴ Recuperandas são as educandas da APAC feminina. Muitos educadores se revezam entre as escolas dessas duas unidades e da região.

que tinha apenas a pessoa da educadora como obstáculo, não de força, mas de apelo, respeito e carisma.

Desta forma falou a jovem professora Naíne sobre o fato:

É importante perceber o respeito que ela, a aluna, teve por mim. Eu não teria qualquer condição para segurar ela, mas o respeito dela por mim era muito grande. Que atualmente não vemos na escola regular. O carinho e o amor provocam o respeito, sem termos que usar formas brutais.

O apoio em Freire (1997) é fundamental quando esclarece que na luta contra o determinismo a autoridade se legitima ao possibilitar a instalação de condições para a construção da autonomia séria, competente, comprometida e crítica, o que torna possível afirmar que a autoridade tem a indispensável presença na formação dos educandos, na perspectiva de fazer crescer e de ajudar o outro a se tornar autor da história. Mas a autoridade, quando confundida com autoritarismo e com licenciosidade, pode ser presença negativa, isto é, a presença que inibe a busca inquieta do educando, a que nega a possibilidade da curiosidade. Mas a mesma autoridade, pode ser presença desafiadora, competente e ética capaz de produzir formação autônoma, comprometida com a construção de uma vida digna para todos. (FREIRE, 1997)

Segundo Resende (2013) o principal idealizador da APAC, Mário Ottoboni (1931-2019) dizia que a APAC tem a finalidade de desenvolver atividades relacionadas à ressocialização dos recuperandos, uma vez que atuam na qualidade de órgão auxiliar da justiça na execução da pena, e seu método é implantado em penitenciárias que passam a ser chamadas de Centros de Reintegração Social – CRS cujo método consiste em atos religiosos (orações, cultos, missas), palestras sobre temas voltados para a valorização humana, organização e disponibilização de biblioteca, instituição de voluntários padinhos, realização de pesquisas sociais, escolha de representante de cela, faxinas, trabalho, reuniões de grupo, contato com a família dos recuperandos e atuação do Conselho de Sinceridade e Solidariedade - CSS.

Já a pesquisadora Vale (2012), que pesquisou a cultura escolar em prisões distintas levantando contrastes e semelhanças entre as duas formas da escola estadual que funciona uma no presídio convencional e outra na unidade apaqueana, o que faz com que as atividades ou as aulas se diferenciem na escola do presídio e na da APAC diz respeito às particularidades de cada contexto prisional: "Na APAC, os professores possuem mais liberdade para dar aulas diferenciadas se comparadas com as do presídio. Isso porque, por exemplo, na APAC, não são priorizadas medidas de segurança em detrimento das atividades educacionais."

Sobre os educadores formadores

Em se tratando dos educadores, que neste estudo são entendidos como formadores, pode-se dizer que precisaram se reinventar para se atualizarem sobre suas práticas.

Verifica-se que suas respostas são traduções de experiências comuns aos professores deste país enorme. São relatos de vidas sofridas, de encantamentos no ofício de lecionar. São frestas que permitem entrever um universo que é um campo de estudo e investigação, mas que para eles são representações da vida na escola, da vida no trabalho e da vida no mundo. Esse mundo desafiador com suas lógicas de precarização crescente, de fome severa, de dificuldades infinitas, de baixas expectativas de melhorias, mas de esperançar que se desdobra nas alegrias e utopias da realidade de todos nós...

A professora Naíne Terena ilustra sua maneira de educar ao dizer que “eu não vejo uma diferença de conteúdo. O que eu vejo é a forma que você vai trabalhar: Lá eu tenho que pensar as idades, as vivências e, então, é a forma que você vai ensinar que é o diferencial.” Marli André afirma que as ideias de Stenhouse têm sido desenvolvidas por Elliot (1978, 2009) e que assim sua pesquisa enfatiza a ligação entre teoria e prática bem como a colaboração não só entre professores, mas entre eles e os pesquisadores da universidade. A proposta de Elliot é a Lesson Study (estudo de lição) que consiste numa aula planejada coletivamente, com um ciclo de ação e reflexão, um plano conjunto em que um educador põe em prática e os demais observam, reformulam e retornam novamente. Compreende-se a partir das observações e escutas que a perspectiva do grupo pesquisado por nós aproxima-se da “ideia força” daquele grupo do Reino Unido, ainda que pese toda contextualização cultural, que acredita no professor como um intelectual autônomo, que reflete sobre seu ensino implantando mudanças e compartilhando suas descobertas com seus colegas. São realidades muito distintas, mas que podem nos ensinar a ver outros modos de agir no nosso campo de atuação. Desta forma, mesmo com a carga burocrática, os deveres administrativos, falta de recursos materiais e financeiros, entre outros fatores, percebe-se que a educação apaqueana é constituída por um grupo de educadores interessados em outras diretrizes educacionais.

A professora Daiane Garcia⁵ relata que “determinadas colegas fizeram crescer a escola dentro da APAC. [...] Há alunos com dificuldades grandes. Pesquisamos, trocamos experiências, fazemos trabalho interdisciplinar por onze anos de escola. Nesse tempo vi a evolução da escola. Daqui a anos deixaremos experiências profissionais com amor e respeito. Somos família, acontece com um: todos ficam preocupados.”

Estivemos presentes em reuniões com os diretores e os coordenadores até chegar ao conhecimento do grupo de formadores, que realizam a formação com seus saberes e fazeres de maneira ampla.

A partir de uma organização conjunta, encaminhamos questionário por meio de plataforma eletrônica via grupo de WhatsApp dado à impossibilidade de realizar uma pesquisa de campo e um estudo de caso mais próximo dado os cuidados sobre a pandemia. Desta maneira fomos convidados a participar do grupo de professores e amigos da rede estadual pelo aplicativo. Tivemos grande oportunidade de trocar

⁵ Nome fictício que faz menção a Daiane Garcia dos Santos. Ex-ginasta brasileira que conquistou nove medalhas de ouro em campeonatos mundiais. Professora, viúva, católica, branca, 45 anos, 26 anos de experiência educacional e 08 anos em educação em prisões.

mensagens até que propusemos as questões que se seguiram para as pessoas que previamente se inscreveram.

Nossa intenção é a de compreender como os professores realizam seus saberes e fazeres, como desempenham suas atividades educativas e como se postam diante das especificidades do trabalho da Educação de Jovens e Adultos com pessoas em custodia. Esse foi mais um passo na metodologia rumo ao grupo focal.

Por causa da pandemia foram entrevistas, observações, grupos focais, participações e etnografias sofreram prejuízo forçando que tivéssemos de assumir novos desafios, atrasos e a reinvenção de novas perspectivas de pesquisa a fim de evitar interações pessoais e contando com a boa vontade das pessoas que continuaram a frequentar os espaços do nosso interesse. Pelos formulários, telefonemas e outras meios de interação conseguimos atingir os fins desejados. Do universo de cerca de 60 (sessenta) professores que foram convidados para as entrevistas que fazem parte do grupo das quatro escolas daquela região, nós tivemos o retorno de 24 respondentes. Dentre eles fomos atendidos por 21 mulheres e três homens.

Eles formam um grupo onde 11 (onze) são casados ou estão em união estável, 09 (nove) são solteiros e 04 pessoas formam a minoria cujo status marital é separado ou viúvo. Compõem um grupo de professores cuja maioria (apurado à época) é contratada por edital ano a ano para atuarem nas vagas disponibilizadas também para a escola do presídio. Quanto ao tempo de trabalho na educação eles formam grupos heterogêneos em que (3) pessoas disseram ter 20 anos ou mais de experiência; (3) pessoas tem menos de 4 anos de atividade em escola; outras (6) pessoas tem entre 5 e 7 anos de atividade; e (4) pessoas delas disseram ter entre 8 e 16 anos; ao passo que (5) pessoas cinco delas têm mais de 23 anos de sala de aula; e por fim outros (4) tem mais de 26 anos de exercício da profissão docente.

Quanto ao tempo de trabalho na Educação de Jovens e Adultos - EJA com pessoas privadas de liberdade (3) respondentes informaram estar atuando há um ano; outros (7) deles atuam a menos de 5 anos, e (5) estão entre 06 e 13 anos atuando na EJA com pessoas em privação na escola da APAC ou na escola do presídio daquela cidade.

Em relação às demais questões endereçadas aos formadores nós optamos em dividir em três categorias a compreensão dos sujeitos que nos responderam para obter um panorama mais fidedigno para nossa investigação com o grupo focal, conforme idealizado e programado no início. As três categorias serão a Formação pregressa, a Experiência in loco e a Motivação na docência.

Quanto à formação pregressa buscou-se entender os aspectos da vida pregressa daquelas pessoas antes do início das atividades na unidade da APAC e em qual medida tais experiências podem ter sido relevantes para as opções que fizeram a ponto de participarem do grupo de formadores que desempenham as atividades laborais junto aos jovens e adultos que cumprem pena de privação de liberdade.

Perguntou-se a eles como compreendem outras formações para o exercício docente e como os diferentes conhecimentos que julgam possuir podem agregar ao trabalho que realizam como formadores. Neste sentido tivemos diversas respostas explicativas.

Assim 06 (seis) pessoas apontaram que fizeram "cursos de capacitação". Outras 06 (seis) responderam que fizeram "cursos de pós-graduação ou especializações" que os ajudaram nas atividades que desenvolveram.

No entanto aqui se faz importante evidenciar que neste universo de 24 profissionais para os quais perguntamos sobre suas vivências, 10 (dez) responderam sobre elas como "informais, eventuais ou alternativas à sua formação regular". Eles disseram dos "trabalhos sociais", "da aprendizagem dos direitos humanos e noções da lei", da "formação em inclusão e educação especial", "da formação familiar, religiosa, social e cultural", "da experiência" que tiveram, "dos estudos sobre a demanda prisional", "dos seminários, rodas de conversas com outros professores e cursos on line gratuitos", além do "conhecimento pedagógico" e da "formação religiosa".

Ficou evidenciado que neste universo de profissionais de educação em relação à formação pregressa ao trabalho docente dez (10) deles informaram ter sua formação mais voltada para outras experiências formativas que poderíamos apontar como informais, flutuantes, sociais, religiosas e ocasionais em detrimento de um grupo de tamanho similar com doze (12) pessoas que tiveram suas experiências formativas como parte de um percurso oficial, regulado e institucional para a obtenção de experiência, licenciatura e certificação específica.

Pode-se citar como exemplo desta realidade o fato de que os professores se formam antes em atividades ligadas mais a sua comunidade, como atores sociais. Depois, já no ofício do magistério eles vão se enveredar nas salas de aula, como estudantes para se colocarem no mundo do trabalho como mestres. Em uma entrevista recente de António Nóvoa (2021) publicada no número 22 da Revista Com Censo, ele citou o profissionalismo do ser professor que desempenha cada vez mais uma profissão coletiva onde colaboram com a sociedade. Nesta passagem, ele menciona o matemático francês Alain Bouvier que disse que os professores, mais que os governos, têm salvado a escola neste tempo de enfrentamento da crise de COVID19. Que desta maneira eles obtiveram o reconhecimento dos pais dos alunos e de todos da comunidade.

Perguntamos ao grupo de 24 formadores se tiveram orientação específica (ANEXO I) para trabalharem na educação de jovens e adultos e seis dos respondentes apenas disseram que não tiveram nenhuma experiência preparatória para a EJA. Do restante nós tivemos a resposta de que cinco pessoas disseram ter recebido orientação na escola, por programa criado pelas pessoas envolvidas nela quanto a EJA, considerando a Base Nacional Comum Curricular - BNCC e as orientações da APAC no sentido de se adequarem ao trabalho com jovens e adultos custodiados. Outros quatro respondentes afirmaram terem feito cursos sem especificar quais.

Sobre o questionamento acerca da possível orientação específica para trabalhar na Educação de Jovens e Adultos com pessoas em cumprimento de pena privativa de liberdade o questionário retornou com a afirmativa de (12) doze pessoas das 24 entrevistas e a resposta negativa de cinco (5) delas. Daqueles doze que deram respostas positivas, oito (8) sujeitos responderam sim em relação a terem realizado um curso específico oferecido pela APAC, quatro (4) disseram sim sobre a orientação recebida no presídio e três (3) sinalizaram que tiveram orientação em relação à escola. Aqui é

importante considerar que uma pessoa pode ter recebido orientações de várias fontes e, portanto, responderam sim mais vezes.

No tocante às respostas computadas como reflexo das Experiências in loco que esses profissionais entrevistados tiveram, nós procuramos compreender essa categoria a partir das opiniões que eles se dispuseram a arrolar no questionário realizado. Lembramos que inicialmente esse processo aconteceria de forma presencial em uma reunião de professores, no formato de rodas de conversas. As experiências são vivências, dificuldades e conquistas pelas quais o grupo de formadores passou, compartilhando suas angústias sobre o trabalho cotidiano, ou, individualmente elaborando seus medos, suas fantasias e descobertas naquele universo de educação incomum, que é a unidade de execução penal da associação. Larrosa Bondía (2002) suscita questões no sentido da busca pelo saber que é gerado pelas experiências diante das teorias e das práticas, ou da ciência e da técnica, que atravessam o universo escolar e sugere que a reflexão e a crítica sejam experienciadas e vivenciadas indo além quanto aos sentidos percebidos.

Questionados sobre a experiência como educador em outra unidade prisional, dezenove (19) deles responderam não terem experiência alguma e os demais, ou seja, cinco (5) deles, afirmaram ter tido experiência a partir da passagem como docente no presídio localizado na cidade.

Sobre a experiência como educador que os respondentes disseram ter em outras instituições de ensino, alguns apontaram passagem por escolas de idiomas, universidade e até a superintendência regional de ensino - SRE, cuja sede é no município. Em suas respostas, nove (9) pessoas apontaram a vivência no ensino regular, seis (6) disseram da sua passagem por escolas estaduais, outros três (3) por escolas municipais e os demais (6) pelo presídio, pela superintendência regional de ensino e pela universidade local. Quase todos traziam experiências em outras entidades de ensino regular, embora em ambientes diferentes. Como as respostas foram livres, pessoas que vieram da mesma instituição poderiam tê-la citado como ensino regular ou como escola municipal.

Ainda sobre os relatos de experiências, perguntamos se percebiam diferenças entre os educandos da Educação de Jovens e Adultos da APAC em detrimento aos de outras instituições de ensino. Citaremos algumas observações que os educadores trouxeram no sentido de privilegiar alguns comentários considerando aqueles educandos como a razão de ser da escola abrigada em uma unidade da associação:

A - O respeito¹ dos alunos com o professor da APAC é muito maior que nas outras instituições, e eles sabem da importância de estudar; F - Muitas vezes os educandos da APAC são mais respeitosos² que aqueles que estão em liberdade. A pressão, por parte da direção, é muito menor, pensando que a confiança naqueles que formam a equipe é bastante ampla e sincera; H - A diferença é o respeito³ dos alunos conosco, os professores; I - Existe uma diferença bastante significativa: Nos quesitos respeito⁴, valorização do professor e do estudo, educação, responsabilidade e empenho e envolvimento nas atividades propostas; J - Respeito, o amor, confiança, disciplina, apoio; N - Educandos da EJA/APAC são mais respeitosos⁷, interessados e participativos; P - A

disciplina/respeito que os educandos da EJA da APAC apresentam ao educador é a principal diferença; R- Respeito pelo professor;

Em se tratando da figura de autoridade que percebemos ser assumida pelo professor na escola da APAC podemos dizer que o respeito é um termo que tem indicado o reconhecimento que ele recebe por sua postura, sua posição social e seu trabalho no ambiente em que compartilham atividades laborais, desenvolvimento pessoal e, por sua rotina extensa podemos dizer como parte da sua vida.

Para o Dicionário Houaiss (2001) a palavra respeito vem do latim *respectus*, "ação de olhar para trás; consideração, atenção, conta; asilo, acolhida, refúgio" e quer dizer, entre outras coisas «sentimento que leva alguém a tratar outrem ou alguma coisa com grande atenção, profunda deferência; consideração, reverência»; e «estima que se demonstre por alguém ou algo».

Respeito e reconhecimento são unidades de atenção segundo a teoria da Análise Transacional⁶, linha de abordagem psicoterapêutica criada pelo psiquiatra canadense Eric Berne (1910-1970) no ano de 1956. Por esta teoria as pessoas têm necessidades e padrões de reconhecimento interpessoal pelo que são e pelo que fazem para sobreviverem e se desenvolverem. Desta forma *caráter* e *personalidade* são diferenciados de modo que o primeiro se refere às tendências que trazemos. Já a Personalidade constitui-se a partir da educação e sociedade, daquilo que provém do meio externo, ou seja, das informações dos pais, dos professores, da religião e da cultura, evoluindo e transformando com as vivências.

Outras temáticas são suscitadas a partir das respostas que eles trazem como a valorização do professor e do estudo, a responsabilidade, o empenho nas atividades propostas, além do amor, confiança, disciplina, apoio, e ter os recuperandos interessados e participativos. São opiniões que expressam sentimentos sobre suas experiências junto aos educandos no contexto da sala de aula que reforçam um otimismo e a esperança em relação ao trabalho realizado naquelas circunstâncias incomuns. Opiniões que se confundem entre o docente e o discente, entre valorizar o professor e o empenho dos estudantes nas atividades. Desta perspectiva pode-se interpretar que o ambiente escolar nesta unidade prisional ultrapassa o senso da educação comum uma vez que os formadores estão cientes do papel de educadores sociais e desempenham funções importantes na recuperação de seu aluno, como disse B.C. J. (2021):

B - Em relação a escolas regulares de EJA o trabalho é feito com alunos adultos que não estão privados de liberdade, já nas APACs o educador deve estar ciente do seu papel de educador social e de ter um papel importante na recuperação de seu aluno;

⁶ A Análise Transacional é um método psicológico criado em 1956 pelo psiquiatra canadense Eric Berne, que estudou as trocas de estímulos e respostas, ou transações entre indivíduos. Em 1964, escreveu "Jogos da Vida" que se tornou o mais vendido no mundo. Os pressupostos básicos da A. T. são, segundo Claude Steiner: 1. Todos nós nascemos com potencial para viver, pensar, desfrutar. 2. Todas as doenças são curáveis, desde que se encontre a abordagem adequada.

São termos que confirmam a experiência afetuosa, os ambientes de trabalho e de encontro que os atores percebem numa entidade escolar que, de fato, precisa mesmo ser um lugar acolhedor do “livre pensar”, e dos desafios para se romper dificuldades que vem das mais diversas histórias de marginalização, de dificuldades familiares, de enredos conhecidos de crianças que não conseguiram se desenvolver em classe no tempo esperado de outrora.

O termo “recuperação de seu aluno” pode advir da forma como são tratados os internos nas unidades da APAC que são chamados de “recuperandos” pelo método. No entanto por mais que entendamos que o educador possa tomar vários outros nomes, como formador, facilitador, professor, pedagogo e mestre, não devemos enunciá-lo como “recuperador”, o que poderia soar como um viés mais de missionário, um “recuperador de almas”. No sentido a que atribui Ottoboni, fundador do método APAC, o recuperando é a pessoa que aceita se tratar de uma doença, de um vício do qual era acometido, que quer se recuperar de uma dívida com a sociedade e que está em processo de recuperação ao longo do cumprimento da sua pena. É para isso que está na associação. E é para isso que foram pensados os Centros de Reinserção Social - CRS.

Recuperador seria o professor ou assistente de classe que assume parte de uma turma maior que o convencional, que está bastante heterogênea, ou que abriga alguns estudantes que são mais dependentes de atenção específica como aqueles com déficit na aprendizagem, ou ainda com alunos em níveis diversos de desenvolvimento, por exemplo. Nas APACs fala-se muito de recuperandos, mas não se fala de recuperador.

Para alguns formadores contratados pelo estado a unidade escolar no ambiente do cárcere se difere por seus educandos uma vez que a APAC, por ter normas diferenciadas e trabalhar a autonomia dos alunos, assim como prepará-los para voltarem pra sociedade aberta, trabalha-se muito os pilares da educação e a valorização e reconhecimento aos profissionais da educação.

Ainda que tragam a defasagem marcante de estudantes da EJA, por seus percursos difíceis, comuns aqueles que enfrentaram maiores desafios na infância, são pessoas com perfil semelhante em relação ao tipo de crime praticado se comparados aos que fazem parte da população prisional comum. No entanto, sobre esse tema ainda, os educadores afirmam:

M - São muito competentes, iniciam processo com dificuldades enormes, mas com o tempo aprendem que eles podem chegar longe. São criativos, são animados, querem ajudar;

Q - O envolvimento é maior. Entendo que é por causa da direção escolar e da APAC que acredita no que faz;

S - No sentido pedagógico não, só no sentido disciplinar;

T - São alunos, mas é que na EJA prisional a educação é valorizada.

O - O fato de serem privados de liberdade faz com valorizem mais a educação;

Paulo Freire em seu livro “Medo e ousadia” (1986) dialoga com o educador estadunidense Ira Shor e trata de suas reflexões sobre o modelo de professor que é transmissor para outro modelo que é o libertador, que ele foi se descobrindo à medida que ensinava, dialogava e se descobria. Ele disse que, de início, não construía epistemologia alguma para planejar e ensinar. Apenas intuía. (1986, p 40).

Sobre as respostas acima listadas podemos pensar um caminho para a análise dos adjetivos a que os recuperandos da APAC são considerados pelos formadores. As pessoas privadas de liberdade são nomeadas de diversas maneiras a depender da cultura local ou dos entendimentos das pessoas que participam daquele universo. Aqui nos interessa compreender esses nomes para aprofundar como são percebidos e acolhidos por aqueles profissionais da educação. Temos percebido denominações tais como alunos, recuperandos, educandos, público marginalizado, pessoa que cometeu delito, alunos mais velhos, estudantes, alunos adultos.

Tais nomes nos indicam um cuidado para com as pessoas custodiadas que participam da escola como interessadas e orientadas desde a sua chegada para a internação naquela instituição. São sabedoras que todos lá são considerados educadores sociais e que eles, os recuperandos, precisam estar cientes de que estudar na APAC não é uma opção, mas uma exigência colocada em todos os níveis.

A visão que os profissionais trazem culmina por demonstrar um estranhamento, mas também uma familiaridade com seus educandos de maneira que estes se cuidam para manterem concomitantemente seu lugar de autoridade, de proximidade e também de distanciamento. Segundo Vargas (2011 p.97) “a efetiva participação da comunidade instaura um dos aspectos apontados pelas teorias que pregam a administração comunitária como forma de acentuar o potencial regenerador do ambiente carcerário”. Assim entendemos que o clima da escola dentro da unidade apaqueana perpassa por maior influência de uma cultura de amenidades, de envolvimentos, motivações e participações que difere das escolas regulares e daqueles instituídas dentro dos presídios comuns.

Para os educadores respondentes, os jovens adultos internos na APAC despontam em relação aos outros estudantes adultos que frequentam aulas da educação de jovens e adultos fora do contexto de privação por se colocarem mais interessados, mais respeitosos, com mais motivação, comprometidos, empenhados e solícitos. Embora privados e inclusive por isso mesmo, valorizam, interessam, tem disciplina, e são participativos. Nas opiniões que colhemos pelo questionário que propusemos aos educadores que estavam com eles, quando da nossa intervenção investigativa, encontramos conceitos que valorizam o encontro com esses educandos e parecem apontar para uma direção que o ambiente é favorável para que aconteça a mística em torno do que acreditamos ser um bom encontro pedagógico.

Houve aqueles que indicaram que as aulas são oportunidades para que os educandos possam escapar da falta de internet, de cultura e de entretenimento, para que gozem da perspectiva de remição pela leitura, tenham oportunidade de sair da cela e ter contato com pessoas diferentes. Nada mais saudável e justo para uma pessoa que está privada

de liberdade e não deve se conter aceitando passivamente, diante das outras privações notadas por eles como o acesso à família e ao trabalho remunerado.

Neste contexto um respondente pontuou sobre a importância de se trabalhar a autoestima e a ressocialização com os educandos uma vez que a educação muitas vezes tem se limitado a oferecer apenas os conteúdos dos livros de referência sem insistir no encontro das demandas mais genuínas daqueles estudantes que se ressentem das escolas inadequadas, antiquadas e sem brilho. Alguns dos educadores da APAC salientam que para muitos estudantes que não são privados, a busca pelo conhecimento se baseia no mínimo para um emprego razoável, o que resulta, em muitos casos, no desrespeito aos profissionais. Tais formadores não se colocam apenas como sujeitos da prática que fazem do seu trabalho, mas também sujeitos de saber com suas propostas para reflexão e transformação dos educandos cuja formação pode extrapolar as limitações dos encontros entre grades. A julgar pelas vezes que o termo “interesse dos educandos” apareceu nas respostas, a escola intramuros muito tem a ponderar para que o sistema penitenciário se torne mais efetivo e possa colher melhores resultados da execução penal.

E num sentido mais singular, é isso que apresenta o pensamento do professor Moacir Gadotti ao considerar que o papel do educador de adultos presos deve ser o de escuta, o de saber ouvir. Realizando assim uma atitude fundante posto que o educador de adultos é uma espécie de presença ausente: ele está presente, incentivando, mas sabe se retirar na hora certa, para o outro conseguir assumir. (Gadotti 1993, p.126)

De fato, eis a tarefa de criar espaços para os formadores e demais profissionais da educação de adultos, principalmente aqueles que se dedicam aos educandos em privação de liberdade, por ser este um público sujeito a situações de abandono e preconceito. Entretanto, o que se pretende apontar é o caráter inovador e incomum que este corpo de professores assume diante das dificuldades que encontram por parte do poder público constituído e da comunidade externa da associação.

Sabe-se que ao longo da história de constituição da Educação de Jovens e Adultos houveram muitas lutas que foram travadas devido à falta de interesse oficial de se estabelecer esta política pública educacional. Nunca ela conseguiu ou sequer tentou conformar-se no sistema educacional e talvez isso tenha sido bom para a educação popular, para os movimentos sociais e outros tantos que iniciaram, sem apoio estatal, mas também sem a mão reguladora que impõe dificuldades aos primeiros passos da EJA. No tocante a EJA para os adultos cativos, talvez se tenha dificuldades ainda maiores. E neste sentido, a experiência dos educadores desta unidade de execução penal no interior mineiro pode servir como uma referência de caminhos e soluções a serem consideradas.

Conclusão

Ao se adentrar numa unidade prisional da Associação de Proteção e Assistência aos Condenados - APAC pode-se observar que a gestão daquelas ambientes acontece a partir de uma noção de Educação Social que é repassada a todos os que lá trabalham e

aos que vivem lá dentro, como custodiados. Desta maneira, também a disposição para o cuidado é assumida por todos os atores sociais, os voluntários e os professores, conforme pactuado entre a direção da escola intramuros e a direção da unidade prisional. Os formadores como grupo principal para a formação, além da educação regular dos jovens ali acautelados, têm partido de suas experiências vivenciadas antes mesmo da licenciatura, e tem vivido processos de autotransformação ao se envolverem com as demandas da Educação de Jovens e Adultos destes homens que se educam ao longo da vida e que ressignificam suas trajetórias. Tais atores seguem caminhos institucionais propostos pela educação popular, social e comunitária em favor da educação incomum que lá se vê, possibilitando o encontro de agentes sociais que tem se fortalecido nos desafios próprios da cultura punitivista brasileira. Esta educação incomum a que se dá notícia tem sido possível pelas mãos de homens e mulheres, educadores daquela associação, sobre os quais pode-se lançar luzes e tomar como referência no sentido do que se pode fazer para a reinserção de adultos que não tiveram oportunidade em suas trajetórias de vida e clamam agora nesta instituição de ensino formal e não formal.

Referências

BERNE E. Os jogos da vida. Ed. Artenova. Rio de Janeiro. 1974.

BONDÍA, Jorge Larrosa. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, ANPEd, n. 19, p. 20-28, abr. 2002

FREIRE, P. Professora sim, tia não. Cartas a Quem Ousa Ensinar. São Paulo: Olho d'Água, 1997.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 17^a Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo; SHOR, Ira. Medo e ousadia – o cotidiano do professor. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

GADOTTI, M. Palestra de encerramento. In: MAIDA, M. J. D. (Org.). Presídios e Educação. São Paulo: FUNAP, p. 121-148, 1993.

GOUVEIA M. J. A. in Educação Integral com a infância e a juventude – Cadernos CENPEC - Vol.1, no. 02. Ano 2006. Disponível em <http://cadernos.cenpec.org.br/cadernos/index.php/cadernos/article/view/128>. Acesso em 19 05 2021 Centro de Estudos em Educação, Cultura e Ação Comunitária

HOUAISS, Dicionário da Língua Portuguesa. 2001. Ed. Objetiva.

MINAS GERAIS. Tribunal de Justiça. Projeto Novos Rumos na Lei de Execução Penal (2009). Disponível em: <http://www.tjmg.jus.br/info/pdf/?uri=/terceiro_vice/novo_rumos_execucao_penal/cartilha_apac.pdf>. Acesso em: 07.nov. 2020.

NOVÓA, A. in A Pandemia de COVID-19 e o futuro da Educação. Revista Com Censo, Distrito Federal, Vol. 7 – no. 3 - p. 08 -12 agosto 2020 Acesso em 17/03/2021 Disponível: <http://periodicos.se.df.gov.br/index.php/comcenso/article/view/905/5>

RESENDE, J. M. in Desinstitucionalização prisional e o discurso do método APAC Dissertação em Psicologia 2013 UFMG

TOMASEVSKI, K. Human rights obligations: making education available, accessible, acceptable and adaptable. Gothenburg: Swedish International Development Corporation Agency. 2001. n. 3. Acesso em 03 de fevereiro de 2021

VALE A. S. in A cultura escolar em prisões distintas: contrastes e semelhanças entre a escola no presídio e a escola na APAC; Dissertação em Educação UFSJ 2012 – Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2011

VARGAS, Laura Jimena Ordóñez. É possível humanizar a vida atrás das grades? Uma etnografia do Método APAC de gestão carcerária. 2011. 252 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) -Universidade de Brasília, Brasília, 2011

Recebido em: 06/05/2023

Aprovado em 09/09/2023